

Educação Superior Inclusiva: perfil dos estudantes e condições de aprendizagem na rede brasileira e ensino superior

Leandro Moura da Silva Bom Conselho ((UFRB/CCS/DIVERSIFICA)

leandromoura@ufrb.edu.br

Luciana Alaíde Alves Santana (UFRB/CCS/DIVERSIFICA)

lualaide@ufrb.edu.br

Everson Meireles (UFRB/CCS/DIVERSIFICA)

eversoncam@yahoo.com.br

Adailton Alves da Costa Filho (UFRB/CCS/DIVERSIFICA)

adailtonalvees@hotmail.com

Resumo

A garantia de acesso e permanência ao Ensino Superior para as pessoas da Educação Superior Inclusiva está prevista em diversos documentos do ordenamento jurídico brasileiro. O objetivo deste texto é apresentar o perfil dos estudantes da educação superior inclusiva (ESI) matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior brasileira. Além disso, apresenta-se o perfil dos cursos e os tipos de condições de aprendizagem que foram ofertadas para esses estudantes, nos anos de 2013-2015. Trata-se de um estudo a partir de dados secundários obtidos na base de dados do Censo da Educação Superior produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com foco nos estudantes matriculados na educação inclusiva. Observou-se que houve um incremento no número de matrículas na ESI no triênio estudado. Predominaram estudantes com deficiência (deficiência física, baixa visão e baixa audição), as regiões Sudeste e Nordeste concentraram maior número de matrículas. Os estudantes da ESI autodeclarados brancos, predominaram no sul/sudeste do país e no Norte/Nordeste os autodeclarados pardos foram mais prevalentes. A área de conhecimento com maior número de matrículas e investimento nas condições de aprendizagem foi Ciências Sociais, Direito e Negócio. Considera-se que houve avanços na Educação Superior Inclusiva no período estudado, contudo, ainda aquém das necessidades deste grupo.

Introdução

Durante muito tempo a deficiência foi compreendida como uma condição médica, e como tal, dizia respeito apenas a uma questão individual. Se uma pessoa nascia com alguma deformidade que limitava sua capacidade de se adaptar ao meio social, cabia a sua família, conforme sua condição social, prover a subsistência deste sujeito. Atrelada a essa perspectiva, acessibilidade e inclusão dizia respeito apenas a um processo adaptativo, sobretudo arquitetônico, de maneira a acolher as necessidades da pessoa com deficiência, especialmente as de ordem física.

Essa concepção de deficiência configurou-se, sobretudo no Século XVII e XVIII, período no qual houve um grande desenvolvimento da Ciência Médica e, por conseguinte, uma compreensão de deficiência calcada numa perspectiva biológica e individual. A deficiência era entendida então como uma deformidade na anatomia do corpo que provocava limitações nas capacidades humanas. Os séculos XIX e XX trouxeram mudanças conceituais e na forma de lidar com essa pessoa. Naquele período, por forte influência da filosofia humanista, ocorreram transformações na concepção de deficiência, afastando-a da perspectiva anatomopatológica e aproximando-a de uma perspectiva mais social. O período de transição entre o século XIX e XX foi marcado por avanços significativos, sobretudo no que tange a compreensão e nas ações assistenciais às pessoas com deficiência. Assinala-se, também, como fruto da revolução industrial, a entrada da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. (SCHEWINSKY, 2004)

Como resultante desses processos históricos pode-se ressaltar como

significativa a visão do fenômeno em tela como um evento social e, portanto, coletivo e não somente vinculado a um fato médico, biológico e individual. Tal mudança inseriu a problemática da deficiência no rol das questões sociais e como tal precisaria ser tratada. Nessa perspectiva, a deficiência passou a se constituir em um conjunto de atitudes, condições socioeconômicas, políticas e culturais que fazem com que um sujeito em uma dada condição física não possa exercer de forma plena sua condição de cidadão. Importante ressaltar que a forma como se compreende a deficiência é determinante para a maneira como a sociedade irá lidar com ela. A esse respeito Pimentel e Pimentel afirmam:

“entende-se que as diversas formas de tratamento conferidas pelas sociedades a essas pessoas estão relacionadas às diferentes concepções acerca da deficiência assumidas ao longo dos tempos. Portanto, entender, a priori, o que é a deficiência, as diferentes visões adotadas ao longo da história e as possibilidades criadas para a superação das barreiras sociais é de grande relevância para garantia de direitos através de políticas públicas” (2018, p. 1043).

A compreensão da deficiência enquanto um problema social permitiu, ainda, se pensar a execução de ações que garantiriam ao sujeito com deficiência às condições para o pleno exercício de sua cidadania, na perspectiva da garantia de direitos. Tal compreensão, lastreou a elaboração dos instrumentos legais que foram fundamentais para a estruturação de políticas públicas que garantam a pessoa com deficiência seus direitos em pé de igualdade com os outros cidadãos.

No âmbito mundial tem-se como marco a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em março de 2007. Neste evento, o Brasil como país participante ratificou as diretrizes desta convenção, por meio do Decreto 6.949 de 2009 (Brasil, 2009), peça jurídica que normatiza o direito da pessoa com deficiência.

No que tange a garantia de acesso ao Ensino Superior (ES). É possível citar o Decreto 8.954 de 10 de janeiro de 2017 (Brasil, 2017) que instituiu o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência. Entre outras providências, esse instrumento jurídico visou acompanhar e fomentar, de maneira sistematizada, um conjunto de ações envolvendo diversos ministérios, com a finalidade de promover “monitoramento e a avaliação das políticas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas referentes às barreiras que impedem a realização de seus direitos”.

Existe ainda o Programa Incluir que se constitui como um conjunto de políticas de financiamento de ações ligadas à acessibilidade nas Universidades Federais (UF) e Institutos Federais de Educação Superior (IFES). O programa iniciou-se por meio de chamadas públicas para financiamento de ações ligadas a acessibilidade nas UFs e IFES, mas, desde 2011, passou a configurar-se como uma verba específica no orçamento de cada instituição federal de ensino superior. Este programa fomentou a a criação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições, estes devem ser responsáveis pela gestão de ações que garantam a inclusão da pessoa com deficiências nas instituições. O Incluir se constitui como ação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem limites (Brasil, 2013).

Na atualidade, observa-se importantes avanços no que diz respeito a instrumentalização, sobretudo jurídica, das políticas de acesso a pessoa com deficiência no Ensino Superior, mas em que medida essas ações governamentais tem garantido que essas pessoas possam efetivamente acessar as universidades e, para além, possam permanecer nelas e concluir sua formação? Quem são os estudantes que acessam? Em quais áreas acessam? E quais as condições de acesso que os cursos ofertam? A presente análise buscou traçar o perfil dos estudantes da educação inclusiva matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino superior no Brasil, bem como, apresentar as condições de permanência oferecidas pelos cursos que recebem esses estudantes.

Método

Trata-se de um estudo que se utilizou de dados secundários, os quais foram obtidos a partir de microdados públicos, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que reúne informações sobre o Censo da Educação Superior. O Inep disponibiliza os dados em cinco grandes conjuntos de bases de dados: aluno, curso, instituição, docente e local de oferta. A coleta de informações para o Censo da Educação Superior realiza-se anualmente pelo Inep junto às instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequências de formação específica. Neste estudo, os dados foram extraídos da “base aluno” e da “base cursos”. A coleta de dados ocorre a partir do preenchimento dos questionários, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-MEC. Durante o período de preenchimento do questionário, os pesquisadores institucionais (PIs) podem fazer, a qualquer momento, alterações ou inclusões necessárias nos dados das respectivas instituições. Após esse período, o Inep verifica a consistência das informações coletadas. O sistema do Censo é então reaberto para conferência e validação dos dados pelas IES. Deste modo, trata-se de uma base produzida pelas IES e submetida a um sistema de validação concebido pelo Inep.

O recorte temporal adotado no presente estudo foi o triênio 2013-2015. As informações mineradas foram as seguintes: base aluno: estudantes da educação superior inclusiva (deficiências, superdotação ou altas habilidades), autodeclaração de raça/cor, sexo, região de origem do estudante, cursos educação inclusiva organizados por grandes áreas de conhecimento da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), região do curso. Na base curso: Quantitativo de cursos que ofereceram condições para aprendizagem de estudantes da Educação Inclusiva, considerando grandes Áreas de Conhecimento da OCDE e tipos de condições de aprendizagem ofertadas,

Os dados foram exportados para o software estatístico *IBM SPSS Statistics 23*, com meio para transformar os dados obtidos em informações sobre o fenômeno estudado. Isso se deu a partir da organização e descrição explícita dos dados, da identificação do que é típico ou atípico, das diferenças, das relações e dos padrões, ou seja, estatística descritiva e apresentados em frequências e/ou percentagens.

Perfil dos estudantes da Educação Superior Inclusiva

Segundo dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2015, 8.033.574 estudantes estavam matriculados no ensino superior brasileiro (Inep, 2013-2015), destes 38.769 eram estudantes da Educação Superior Inclusiva, representando 0,48% do total de estudantes matriculados na rede. O número de estudantes da educação superior inclusiva matriculados aumentou de 29.965, em 2013, para 38.769, em 2015 (incremento de 22,70%) (Tabela 01).

Para o Inep, a educação superior inclusiva é formada por estudantes que se autodeclararam com algum tipo de deficiência, superdotação ou altas habilidades. Do total de estudantes da educação superior inclusiva, no triênio estudado (2013-2015), em média, 88,4% apresentavam algum tipo de deficiência, 9,4% superdotação e 1,9% altas habilidades. Tendo-se os tipos de deficiências mais prevalentes: deficiência física, auditiva e baixa visão (Tabela 01).

De maneira geral, no triênio estudado, a maioria das deficiências tiveram crescimento no número de estudantes matriculados no decorrer dos anos. Tendência que se repete para os autodeclarados superdotação e altas habilidades. Destaca-se o crescimento do número de estudantes com deficiência física, que era 7.864, em 2013, e passou para 12.966, em 2015 (incremento de 69,65%). Para os autodeclarados com superdotação o incremento foi mais importante (1.087, em 2013, passou para 4.780, em 2015).

Tabela 01. Quantitativo de estudantes da Educação Inclusiva matriculados na Rede de

Ensino Superior – Brasil 2013-2015.

Tipo de necessidade especial	Quantitativo de estudantes na Educação Superior Inclusiva, por ano.						
	2013		2014		2015		
	Matriculados	%	Matriculados	%	Matriculados	%	
Deficiências	Cegueira	3.994	13	1.844	5,4	1.915	4,94
	Baixa visão	6.968	23	7.941	23,26	9.212	23,76
	Surdez	1.488	5	1.629	4,77	1.648	4,25
	Deficiência auditiva	7.187	24	5.349	15,67	5.352	13,8
	Surdocegueira	151	0,5	116	0,34	106	0,27
	Deficiência Física	7.864	26	10.319	30,23	12.966	33,44
	Deficiência intelectual	566	1,9	982	2,88	1.676	4,32
	Deficiência múltipla	393	1,3	589	1,73	632	1,63
Subtotal	28.611	95,5	28.769	84,28	33.507	86,43	
Altas habilidades	Autismo	118	0,4	866	2,54	173	0,45
	Asperger	57	0,2	110	0,32	165	0,43
	Rett	24	0,1	53	0,16	41	0,11
	Transtorno desintegrativo	68	0,2	118	0,35	103	0,27
	Subtotal	267	0,9	1.147	3,37	482	1,24
Superdotação	Superdotação	1.087	3,6	4.217	12,35	4.780	12,33
	Subtotal	1.087	3,6	4.217	12,35	4.780	12,33
Total Educação Inclusiva		29.965	100	34.133	100	38.769	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

A Tabela 02, apresenta o quantitativo de estudantes matriculados na Educação Superior Inclusiva classificada considerando a autodeclaração de raça/cor e a região do país. Observa-se que entre os estudantes que autodeclararam raça/cor e algum tipo de deficiência, superdotação ou alta habilidade matriculados na Rede de Ensino Superior no Brasil, predominaram aqueles que se autodeclararam brancos (39% em 2015), seguido dos pardos com 25,5%. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste diferem da tendência nacional, no que tange aos percentuais de estudantes autodeclarados pardos matriculados na Educação Especial – nestas Regiões - o quantitativo de pardos superou o de brancos.

No período estudado houve um crescimento das matrículas na Educação Superior Inclusiva de pessoas autodeclaradas pardas, pretas e indígenas em todo Brasil. No ano de 2013, o percentual de casos para a variável “Não dispõe de informação” sobre raça/cor nos microdados nacionais foi de 41,9%, com acentuada redução para 2,3% em 2015. De forma inversa, observou-se um aumento nos percentuais da variável “Não declarado” (11,2% em 2013; 19,2% em 2015). Destaca-

se ainda o baixo número de indígenas matriculados nesse nível de ensino, mesmo quando se analisa a Região Norte, onde há maior concentração dessa raça/cor. Bem como, baixo número de pretos, mesmo quando se analisa a Região Nordeste, onde há maior concentração dessa raça/cor

Tabela 02. Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando raça/cor – Brasil/Regiões, 2013/2015.

Brasil/ Regiões	Segmentação por raça/cor	Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando raça/cor					
		2013		2014		2015	
		N	%	N	%	N	%
Norte	Branca	227	16,1	226	15,4	332	17,5
	Preta	73	5,2	93	6,3	139	7,3
	Parda	481	34,0	545	37,2	797	42,0
	Amarela	21	1,5	25	1,7	25	1,3
	Indígena	10	0,7	7	0,5	6	0,3
	Não declarado	190	13,4	414	28,2	507	26,7
	Não dispõe da informação	412	29,1	156	10,6	94	5,0
	Total Norte	1.414	100	1.466	100	1.900	100
Nordeste	Branca	1.449	25,7	2.105	19,4	3.192	28,3
	Preta	312	5,5	658	6,1	2.640	23,4
	Parda	1.438	25,5	2.498	23,0	3.264	28,9
	Amarela	147	2,6	390	3,6	174	1,5
	Indígena	21	0,4	40	0,4	182	1,6
	Não declarado	389	6,9	2.333	21,5	1.589	14,1
	Não dispõe da informação	1.891	33,5	2.817	26,0	249	2,2
	Total Nordeste	5.647	100	10.841	100	11.290	100
Sudeste	Branca	3.263	24,0	4.336	36,6	5.840	42,8
	Preta	456	3,4	767	6,5	957	7,0
	Parda	1.522	11,2	2.631	22,2	3.228	23,7
	Amarela	411	3,0	320	2,7	295	2,2
	Indígena	32	0,2	42	0,4	69	0,5
	Não declarado	1.616	11,9	3.145	26,5	3.029	22,2
	Não dispõe da informação	6.280	46,2	609	5,1	230	1,7
	Total Sudoeste	13.580	100	11.850	100	13.648	100
Sul	Branca	2.309	42,4	3.229	59,4	4.199	62,2
	Preta	115	2,1	177	3,3	257	3,8
	Parda	323	5,9	413	7,6	705	10,4
	Amarela	59	1,1	89	1,6	119	1,8
	Indígena	9	0,2	18	0,3	20	0,3
	Não declarado	845	15,5	1.035	19,1	1.320	19,5
	Não dispõe da informação	1.782	32,7	471	8,7	133	2,0
	Total Sul	5.442	100	5.432	100	6.753	100

Centro-Oeste	Branca	534	17,0	982	25,3	1.364	31,0
	Preta	64	2,0	193	5,0	264	6,0
	Parda	343	10,9	1.786	46,0	1.678	38,2
	Amarela	82	2,6	120	3,1	92	2,1
	Indígena	4	0,1	8	0,2	13	0,3
	Não declarado	232	7,4	437	11,3	833	19,0
	Não dispõe da informação	1.879	59,9	360	9,3	151	3,4
Total Centro-Oeste		3.138	100	3.886	100	4.395	100
Brasil	Branca	7.782	26,6	10.878	32,5	14.927	39,3
	Parda	4.107	14,1	7.873	23,5	9.672	25,5
	Preta	1.020	3,5	1.888	5,6	4.257	11,2
	Amarela	720	2,5	944	2,8	705	1,9
	Indígena	76	0,3	115	0,3	290	0,8
	Não declarado	3.272	11,2	7.364	22,0	7.278	19,2
	Não dispõe da informação	12.244	41,9	4.413	13,2	857	2,3
Total Geral Brasil		29.221	100	33.475	100	37.986	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

A Tabela 03 apresenta o quantitativo de estudantes matriculados no Ensino Superior Inclusivo classificados segundo os seus cursos, os quais foram agrupados segundo as definições das Grandes Áreas de Conhecimento da OCDE. Nota-se que a área de “Ciências sociais, Negócios e Direito” registrou o maior percentual de pessoas com deficiência, superdotação ou altas habilidades matriculadas no período de 2013 a 2015 (38% no ano de 2015), seguida pela Grande Área de Educação (22% em 2015). Destaca-se ainda que todas as áreas tiveram aumento de alunos matriculados ao longo do triênio estudado.

Tabela 03. Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando grandes áreas OCDE – Brasil, 2013/2015.

Grande área OCDE	Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando grandes áreas OCDE					
	2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	13.375	45,8	13.110	39,3	14.340	37,9
Educação	5.956	20,4	7.309	21,9	8.650	22,8
Engenharia, Produção e Construção	3.097	10,6	4.226	12,7	4.639	12,3
Saúde e Bem-Estar Social	2.852	9,8	3.738	11,2	4.441	11,7
Ciências, Matemática e Computação	2.006	6,9	2.454	7,4	2.866	7,6
Humanidades e Artes	823	2,8	992	3,0	1.161	3,1
Agricultura e Veterinária	590	2,0	900	2,7	1.061	2,8
Serviços	513	1,8	658	2,0	701	1,9
Total Brasil	29.212	100	33.387	100	37.859	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Observa-se que a Região Sudeste registrou os maiores percentuais de estudantes da Educação Inclusiva matriculados na Rede de Ensino Superior no período 2013-2015. A Região Nordeste, por sua vez, foi a que apresentou o maior crescimento no número de estudantes da Educação Inclusiva matriculados na Rede

de Ensino Superior no período de 2013-2015 (incremento de 10,4%, que correspondeu a 5.606 novas matrículas) (Tabela 04).

Tabela 04. Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva – Brasil/Regiões/2013-2015, considerando diferentes Regiões - 2013/2015.

Brasil/Regiões	Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando diferentes Regiões.					
	2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	13.574	46,5	11.804	35,4	13.594	35,9
Sul	5.442	18,6	5.432	16,3	6.741	17,8
Nordeste	5.647	19,3	10.814	32,4	11.253	29,7
Centro-Oeste	3.136	10,7	3.875	11,6	4.379	11,6
Norte	1.413	4,8	1.462	4,4	1.892	5,0
Total Brasil	29.212	100	33.387	100	37.859	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Observa-se que no ano de 2015, o percentual de estudantes da Educação Superior Inclusiva do sexo masculino (50,3%) era, levemente, superior ao percentual para o sexo feminino (49,7%). Nos anos anteriores, maiores percentuais tinham sido registrados para o sexo feminino (sobretudo em 2014). Esta tendência se manteve na análise para as Regiões do país como mostra a Tabela 05.

Tabela 05. Quantitativo de estudantes matriculados na Rede de Ensino Superior Inclusiva, considerando sexo – Brasil 2013/2015.

Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, por sexo.											
2013				2014				2015			
Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
14.416	49,3	14.805	50,7	16.831	50,3	16.644	49,7	18.874	49,7	19.112	50,3

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Na Tabela 06, verificou-se que as Instituições Federais foram responsáveis pelo ingresso de 12.896 estudantes da educação superior inclusiva, no ano de 2015. Esta categoria administrativa, dentre as instituições públicas destacou-se em número de matrículas no triênio estudado. Já no âmbito das instituições privadas, aqueles definidas como sem fins lucrativos, foram as que concentraram o maior número de estudantes.

Tabela 06. Quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva, considerando diferentes categorias administrativas.

Categorias Administrativas	Quantitativo de matriculados na ES Inclusiva, considerando diferentes categorias administrativas.					
	2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%
Federal	6.650	22,8	10.606	31,7	12.896	34
Estadual	2.051	7	2.543	7,6	2.561	6,7

Municipal	114	0,4	85	0,2	62	0,1
Total Pública	8.815	30,17	13.234	39,53	15.519	40,85
Privada com fins lucrativos	7.302	25	9.944	29,7	11.471	30,2
Privada sem fins lucrativos	12.510	42,8	9.802	29,3	10.754	28,4
Especial	594	2	495	1,5	242	0,6
Total Privada	20.406	69,83	20.241	60,47	22.467	59,15
Total Geral	29.221	100	33.475	100	37.986	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Tipos de condições de aprendizagem ofertadas para Educação Inclusiva pelos cursos de graduação

No triênio avaliado (2013-2015) houve um aumento de 5,3% dos cursos que ofereceram *condições de aprendizagem*¹ para estudantes matriculados na rede de ensino superior e autodeclarados com deficiência, altas habilidades e superdotação. A Área que mais ofereceu condições de aprendizagem para estes estudantes foi a de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”. Em geral, permaneceu estável o número de cursos que ofertaram condições de aprendizagem no decorrer dos anos de 2013 a 2015, excetuando-se os cursos da Grande Área de “Engenharia, Produção e Construção”, que registraram uma discreta elevação de 2% (Tabela 07).

Tabela 07. Quantitativo de cursos que ofereceram condições para aprendizagem de estudantes da Educação Inclusiva, considerando grandes Áreas de Conhecimento - Brasil, 2013/2015.

Grandes Áreas de Conhecimento - OCDE	Quantitativo de cursos que ofereceram condições para aprendizagem de estudantes da Educação Inclusiva – 2013/2015					
	2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	9428	30,5	9.645	30,4	9.754	30,0
Educação	7406	24,0	7.366	23,2	7.280	22,4
Engenharia, Produção e Construção	3919	12,7	4.402	13,9	4.802	14,8
Saúde e Bem-Estar Social	3683	11,9	3.824	12,0	3.979	12,2
Ciências, Matemática e Computação	3103	10,0	3.136	9,9	3.187	9,8
Humanidades e Artes	1415	4,6	1.431	4,5	1.519	4,7
Serviços	1086	3,5	1.086	3,4	1.087	3,3
Agricultura e Veterinária	861	2,8	884	2,8	924	2,8
Total	30.901	100	31.774	100	32.532	100

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

¹ As condições de acesso a que se refere o texto estão descritas no Manual do Usuário referente aos Microdados do Censo da educação Superior no ano de 2015 do Ministério da Educação – MEC (MEC, 2015).

No período de 2013-2015, houve um crescimento contínuo em todos os tipos de condições de aprendizagem ofertadas pelos cursos de graduação para a Educação Inclusiva, porém prevalência de duas categorias: ajuda deficiente, disciplina de libras e tradutor em libras. No ano de 2015, 86,7% dos cursos ofereceram condições de acessibilidade no que se refere ao tipo “ajuda ao deficiente”². Ressalta-se, contudo, que esta categoria utilizada para preenchimento no Senso da Educação Superior (INEP/MEC) é muito abrangente e não permite definir o tipo de ajuda efetivamente oferecida pelo curso. A disciplina “Língua Brasileira de Sinais LIBRAS” foi oferecida por 75,5% dos cursos. Outros tipos de recursos disponibilizados por mais de 50% dos cursos foram: tradutor de libras e cursos de informática.

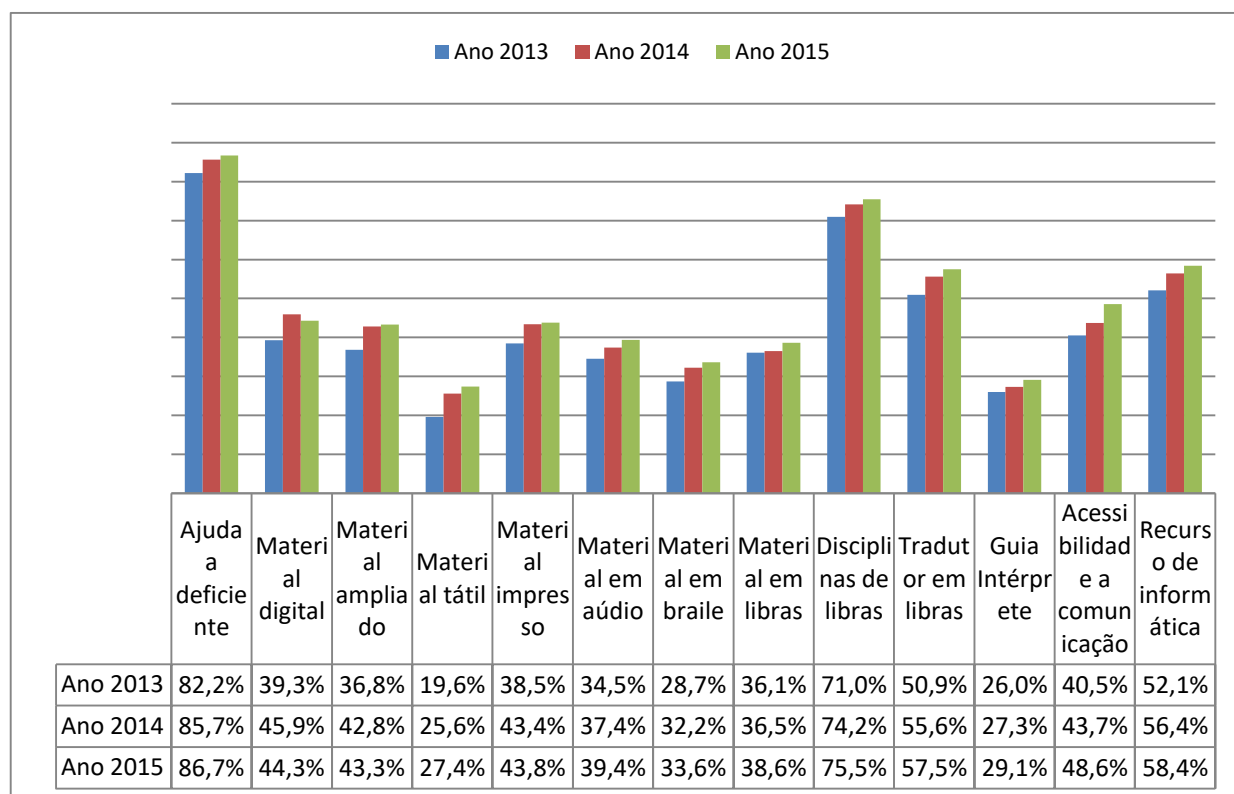


Figura 01. Tipos de condições de aprendizagem ofertadas para Educação Inclusiva pelos cursos de graduação - Brasil, 2013/2015. Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2013/2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Observou-se uma maior concentração de cursos de graduação que ofereceram condições de aprendizagem aos estudantes da Educação Inclusiva localizavam-se na Região Sudeste, com 14.632 cursos, seguido pela Região Nordeste, com 6.359 cursos. Em todas as Regiões, as Áreas que mais concentraram cursos que ofereceram condições de aprendizagem para estudantes da Educação Inclusiva foram: “Ciências Sociais, Negócios e Direitos” e “Educação”. Aquelas Áreas de Conhecimento que menos cursos atenderam a este quesito foram: “Serviços”; “Agronomia e Veterinária” e “Humanidades e Artes”.

²O Manual do Usuário referente aos Microdados do Censo da educação Superior no ano de 2015 do Ministério da Educação – MEC (MEC, 2015) descreve da seguinte maneira esse tipo de condição: Informa se o curso garante condições de acessibilidade a pessoas com deficiência.

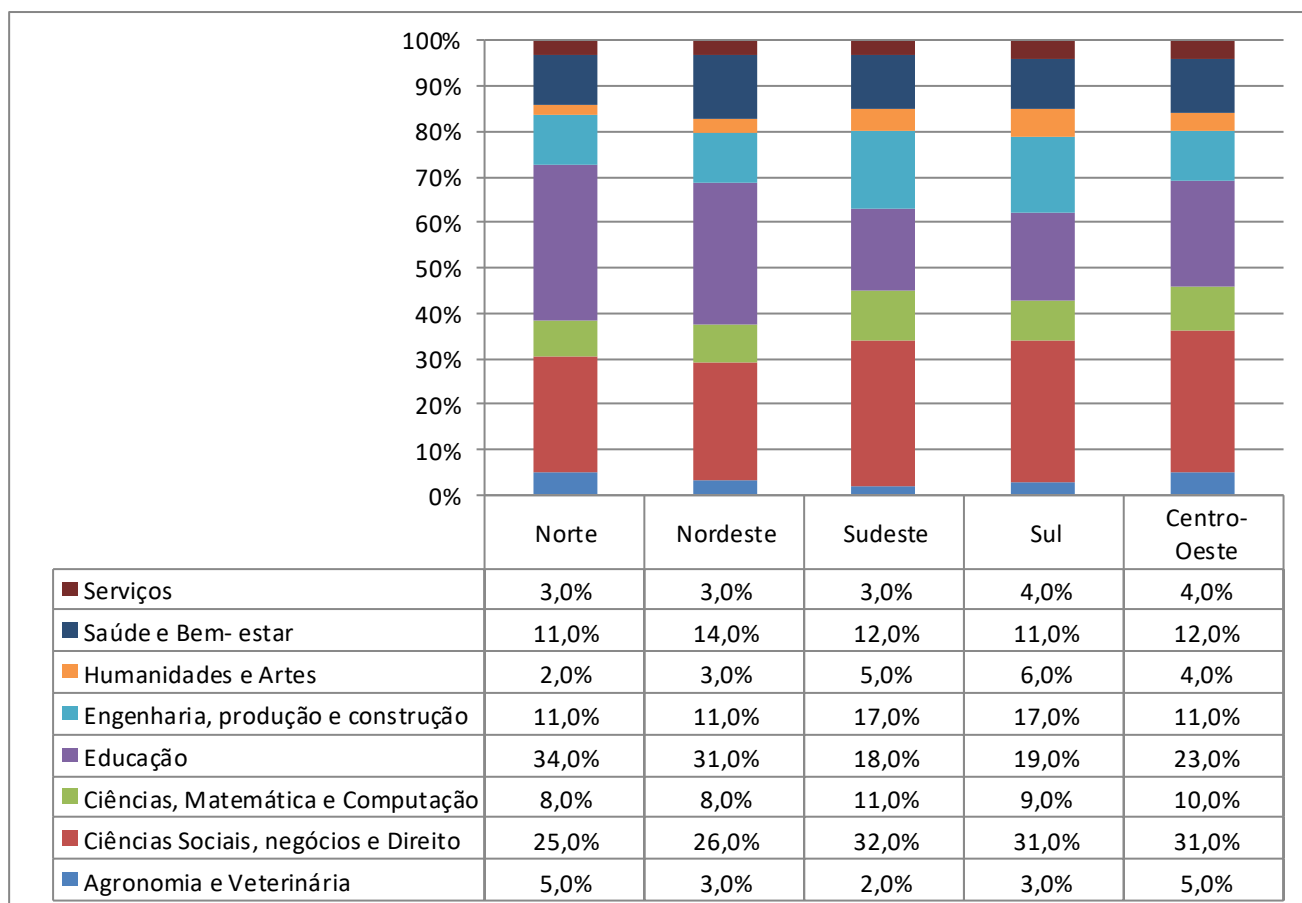


Figura 02. Cursos que oferecem condições de aprendizagem para estudantes da Educação Superior Especial, considerando Grandes Áreas de Conhecimento da OCDE - Região, 2015.

Fonte: Microdados da Educação Superior INEP 2015. Dados minerados pelo Diversifica/UFRB.

Conclusão

Os dados analisados no estudo permitem afirmar que ocorreram importantes avanços, no que tange o incremento da matrícula de estudantes com deficiência, superdotação e altas habilidades na Educação Superior. Avançou-se de 29.965 estudantes matriculados em 2013 para 38.769 em 2015, o que representou um aumento percentual de 22,70%.

Quanto ao perfil desses estudantes observou-se que predominaram estudantes com deficiência, as principais foram: deficiência física, auditiva e baixa visão. Em sua maioria foram pessoas autodeclaradas brancas, sobretudo para aqueles que estavam matriculados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Essa tendência se modificou nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas quais o percentual de pardos superou o percentual de brancos.

O baixo percentual de indígenas e de pretos matriculados nesse nível de ensino, mesmo quando se analisa regiões onde há maior concentração dessas raças, sugere a necessidade de políticas que garantam também maior diversidade na Educação Superior para pessoa com deficiência. Tal dado aponta para necessidade de ações que garantam o que está previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Ações que materializem, por exemplo, a diretriz I do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no qual diz que o estado garantirá “um sistema educacional inclusivo”.

Em relação ao quantitativo de estudantes matriculados na ES Inclusiva classificados considerando as Grandes Áreas de Conhecimento dos cursos de graduação, segundo classificação da OCDE, observa-se maior número de matriculados está na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito. Nota-se a

necessidade de desmembramento desse dado, pois ele pode sugerir que a maioria dos estudantes da Educação Superior Inclusiva podem estar inseridos em cursos de alta demanda, como o curso Direito, mas historicamente sabe-se que os Estudantes com Deficiência, Altas Habilidades e Superdotação ocupam curso de baixa demanda social. Essa tendência se comprova com a segunda área que mais recebe esses estudantes que é a área de Educação.

Quanto ao quantitativo de matriculados na Educação Superior Inclusiva por região observa-se, que a Região Sudeste concentrou o maior número de estudantes. Essa tendência ratifica um processo histórico de maior investimento na educação superior nesta região. Contudo, deve-se ressaltar o crescimento das matrículas na região Nordeste, segunda colocada em número de matrículas na Educação Superior Inclusiva, o que pode ser atribuído ao crescimento do número de instituições de ensino superior nos últimos anos. Ademais a rede federal de ensino superior destacou-se no número de matrículas em relação as instituições públicas. Estes dados podem indicar a necessidade de maiores estudos que possam revelar o impacto das mudanças na educação superior pública e quanto isso refletiu na Educação Superior Inclusiva.

Não se registrou grandes diferenças quanto ao número de mulheres e de homens com Deficiência, Superdotação e Altas Habilidades matriculados na Educação Superior Inclusiva. O que é positivo, visto que historicamente no Brasil a questão de gênero é uma marca importante no que tange a oportunidade de acesso ao Ensino Superior.

Em relação aos cursos que ofereceram condições de aprendizagem para Deficiência, Altas Habilidades e Superdotação permaneceu estável o número de cursos que ofertaram condições de aprendizagem no decorrer dos anos de 2013 a 2015, havendo avanço nos tipos de condições de aprendizagem ofertadas. Verificou-se que a área que com maior incremento de matrículas (Ciências sociais, Direito e Negócios), também foi a que mais investiu em condições de aprendizagem.

Este estudo traçou um panorama nacional do perfil dos estudantes matriculados e condições de aprendizagem da educação Superior Inclusiva, são poucas as produções na área com esta perspectiva, por este motivo consideramos relevante o dado aqui apresentado, por sinalizarem um incremento no percentual de matrículas e das condições de aprendizagem, ainda que a inclusão seja incipiente frente ao percentual da população brasileira com idade superior a 18 anos, especialmente, aqueles com deficiência.

Deste modo, pode-se sugerir estudos mais aprofundados que permitam apreender de forma mais explícita a permanência e conclusão com sucesso destes estudantes, visto que a base utilizada não informa qual tipo de investimento que tem sido mais demandado. Ressalta-se que permanecer e concluir com sucesso um curso de graduação envolve um conjunto de dimensões estruturais, institucionais e individuais, que interagem com um conjunto de experiências cumulativas e inter-relacionadas sustentadas durante um período prolongado de tempo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador programa incluir - acessibilidade na educação superior**. Secadi/sesU, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Microdados do Censo da Educação Superior 2015 Manual do Usuário**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados> Acesso em 27 abr. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto-Lei 6.949**. DF, Senado, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto 8.954**. DF, Senado, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D8954.htm . Acesso em: 26 abr. 2018.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto . **Ressignificando a deficiência: a necessidade de revisão conceitual para definição de políticas públicas**. revista direitos sociais e políticas públicas - UNIFAFIBE, v. 5, p. 1039-1054, 2018.

SCHEWINSKY, S. R. **A barbárie do preconceito contra o deficiente - todos somos vítimas**. Acta Fisiátrica, v. 11, n. 1, p. 7-11, 2004.